

O combate ao preconceito linguístico: a trajetória de uma proposta¹

Fighting linguistic prejudice: the trajectory of a proposal

ÍRIS FERNANDA MENDES DIAS

Graduada em Letras Português, Licenciatura - UNIMONTES
E-mail: nandabrejo@hotmail.com

MARIA ALICE MOTA

Doutora em Estudos Linguísticos - UFMG
E-mail: alicemta@yahoo.com.br

WELBER NOBRE DOS SANTOS

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - UFMG
E-mail: welbernobre@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, abordamos a temática do preconceito linguístico. Sendo assim, temos por objetivo analisar a trajetória da proposta de luta contra o preconceito linguístico instituída por Bagno (1999) em seu livro *Preconceito linguístico – como é, como se faz*, obra considerada um marco na assunção dessa luta. Para isso, partimos da hipótese de que, passados mais de vinte anos de sua publicação, a proposta de Bagno (1999) mantém-se atual e necessária, tanto pelas reflexões e estudos que foram agregados a ela a cada edição, quanto pelo fato de que o preconceito linguístico persiste na sociedade como um todo e, também, na escola. Portanto, a pergunta que norteia o nosso estudo é: qual foi a trajetória dessa obra nesses 21 anos desde que propôs a luta contra o preconceito linguístico? A conclusão a que chegamos, tendo em vista as análises das edições, é a de que, em sua trajetória (edição 1 a 56), a proposta de Bagno de luta contra o preconceito linguístico passou por um amadurecimento teórico, tendo adquirido mais consistência ao abarcar contribuições de estudos feitos pelo próprio autor e de outros estudos que trataram do tema nesse período de tempo.

Palavras-chave: Língua. Sociolinguística. Preconceito linguístico.

Abstract: In this article, we address the issue of linguistic prejudice. Thus, our goal is to analyze the trajectory of the proposal to fight against linguistic prejudice instituted by Bagno (1999) in his book *Preconceito linguístico - como é, como se faz*, a work considered a landmark in the assumption of this fight. To this end, we start from the hypothesis that Bagno's (1999) proposal remains current and necessary. Not only because of the reflections and studies added to each edition, but also of the linguistic prejudice that persists in society and school. Therefore, the question that guides our study was: What has been the trajectory of this work in 21 years since it proposed the

¹ Este artigo constitui-se em um recorte da monografia intitulada *O combate ao preconceito linguístico: a trajetória de uma proposta*, defendida por Íris Fernanda Mendes Dias, em setembro de 2020, no âmbito da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), sob orientação da Profa. Dra. Maria Alice Mota.

fight against linguistic prejudice? The conclusion we have reached, in view of the analyses of the editions, is that in its trajectory (editions 1 to 56) Bagno's proposal to fight against linguistic prejudice has undergone a theoretical maturation, having acquired more consistency by encompassing contributions from studies by the author himself and from other studies that have dealt with the subject during this period.

Keywords: Language. Sociolinguistics. Linguistic prejudice.

1 INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico está imbricado em nossas relações sociais, desde aquelas mais formais até as mais informais, estando relacionado não só “àquilo que se diz”, mas, destacadamente, a “quem diz o que diz”. Um dos pontos preocupantes é o fato de que, muitas vezes, esse preconceito é silenciado ou velado por uma roupagem jocosa, descontraída, humorística, como, por exemplo, os sotaques, as gírias, as expressões que são reproduzidas com o intuito de fazer humor e provocar o riso (TEIXEIRA, 2017).

De acordo com Bagno (2006), o preconceito linguístico é um fato social arraigado no comportamento de muitas pessoas. Assim, é uma atitude, muitas vezes, inconsciente, sendo ideologicamente imposta no âmbito social e reforçada pela mídia. Ainda segundo Bagno (2006), o preconceito linguístico penetra de tal forma no pensamento das pessoas que os atos preconceituosos tornam-se partes integrantes do próprio ser.

Voltando a um passado remoto, temos cada grupo étnico com a criação de simbologia para atender às suas necessidades de comunicação. Assim, nasceu a linguagem, a qual passa, no decorrer do tempo, a ser analisada sob diferentes aspectos, chegando-se ao contínuo estabelecimento de normas para uso da língua. Paralelamente às regras, seguindo o dinamismo inerente às línguas naturais, surgem também as variações no uso da língua e, conseqüentemente, o preconceito linguístico, o desprezo pelo modo de falar daqueles que não utilizam a língua seguindo as regras impostas pela Gramática Normativa. Desse modo, surgem as discussões sobre os usos da língua e da aceitação ou não dos dialetos, o que leva à conclusão de que o uso que as pessoas fazem da língua é capaz de fazer distinção entre elas.

A Sociolinguística, como teoria que analisa os fenômenos de variação linguística motivados por fatores linguísticos e, também, sociais, trata do preconceito linguístico, pois que este é uma consequência justamente do uso variável da língua. Conforme Mollica (2003, p. 13), “toda língua apresenta variantes mais prestigiadas do que as outras”. A autora ressalta, nesse sentido, a importância dos estudos sociolinguísticos para destruir os preconceitos linguísticos e relativizar a noção de erro.

Desse modo, tendo em vista essa reflexão inicial, o nosso intento neste artigo é analisar a trajetória da proposta de combate contra o preconceito linguístico que foi instituída por Bagno (1999) em sua obra clássica *Preconceito linguístico – como é, como se faz*, um trabalho considerado um marco na assunção dessa luta no contexto brasileiro. Partimos da hipótese de que, no decorrer de mais de 20 anos de sua publicação, a proposta de Bagno (1999) mantém-se atual, necessária e mais consistente, já que a ela o

autor agregou mais pressupostos teóricos advindos de outras reflexões e estudos realizados no decorrer desse tempo, desde a primeira publicação em 1999.

Em face a esses aspectos, a pergunta que direciona a nossa pesquisa é: o que nos revela a trajetória da proposta de Bagno (1999)? Com o intuito de respondermos a tal questionamento, valemo-nos de um aporte teórico que reúne alguns pressupostos da teoria Sociolinguística, tomando as contribuições de autores como: Labov (1972), Tarallo (1994), Monteiro (2000), Calvet (2002), Camacho e Alkmin (2004), Faraco (2008), Oliveira (2008), Mendes (2009), Antunes (2010) e Bagno (1999; 2006; 2008; 2010; 2015).

Para verificar a trajetória da proposta de Bagno (1999), que é o foco do nosso estudo, adotamos as reflexões empreendidas por Viana (2000), Cerqueira (2002) e Teixeira (2017), visto que tais autores analisam edições diferentes da obra: 1, 15 e 56, respectivamente. O critério que adotamos para seleção dos referidos trabalhos constituiu-se no lapso temporal existente entre as edições analisadas e a publicação das análises em revista especializada da área.

A conclusão a que chegamos, tendo em vista as análises das edições, é a de que, em sua trajetória (edição 1 a 56), a proposta de Bagno de luta contra o preconceito linguístico passou por um amadurecimento teórico, tendo adquirido mais consistência ao abarcar contribuições de estudos feitos pelo próprio autor e de outros estudos que trataram do tema nesse período de tempo. Concluímos, ainda, que a proposta feita por Bagno (1999) continua atual, já que o preconceito linguístico persiste, tanto na sociedade de um modo geral, como no âmbito escolar. Consideramos que se trata de uma obra importante e que merece ser lida e discutida em diversas áreas onde os estudos da linguagem se fazem presentes.

2 A LÍNGUA DE ACORDO COM A GRAMÁTICA TRADICIONAL (GT)

Historicamente, a língua é definida de maneiras diferentes, a depender da perspectiva teórica que se adote. Conforme a Gramática Tradicional (GT), considerando os seus objetivos e peculiaridades, a língua constitui-se num sistema autônomo, rígido e arbitrário, já que não leva em conta a dinamicidade da língua em seu processo de variação. Nesse viés, tal abordagem, ao propor exemplos para um uso ‘correto’ da língua, aborda os fenômenos de linguagem como estáticos, não acompanhando, assim, o caráter dinâmico que é inerente a esses fenômenos.

Desse modo, para Possenti (2012, p. 86), “[...] as gramáticas tradicionais nos dão uma impressão de exaustividade às custas de uma extrema superficialidade e vagueza”, de modo que deixa lacunas ao tratar da língua, visto que não consegue mostrar, de fato, como essa língua se manifesta de modo efetivo em diversos contextos de uso, apresentando modelos superficiais que, em algumas vezes, fogem à verdadeira realidade da língua que é utilizada por falantes reais, e não ideais.

Na perspectiva de Antunes (2007), essa gramática a qual nos referimos é particularizada, de modo que não engloba toda a realidade que é inerente à língua, já que reúne apenas aqueles usos que são considerados aceitáveis numa visão de língua que é socialmente prestigiada. Sendo assim, enquadra-se no domínio normativo, cuja função é definir o certo, ou seja, o como deve ser da língua, apontando, por oposição, o errado, a maneira como não se deve dizer.

Em vista desse aspecto, a GT também é reconhecida pelo seu caráter normativo e pedagógico, já que impõe regras de uso da língua para que os seus usuários possam seguir, tanto na fala, quanto na escrita. Nesse viés, ao apresentar um padrão de uso linguístico, a GT também apresenta um modelo de falante ideal, haja vista que, para esse tipo de gramática, “[...] a língua corresponde às formas de expressão observadas e produzidas por pessoas cultas, de prestígio”. (POSSENTI, 2012, p. 74). Assim, as formas variantes que fogem às exemplaridades desse tipo de gramática são tidas como erro, e não como uma variação que faz parte do sistema da língua.

Na visão de Bechara (2009), o intuito da GT é “[...] elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social” (BECHARA, 2009, p. 52). Cegalla (2005, p. 16), por seu turno, propõe que uma gramática desse tipo “[...] aponta normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, em suma, ensina a falar e escrever a língua padrão corrente”. A partir das visões desses dois gramáticos, fica evidente que a GT contribui, em certa medida, com a propagação do preconceito linguístico, sobretudo pelo fato de apontar como erro as utilizações que não se adequam aos seus padrões normativos.

Na seção 3, a seguir, apresentamos a abordagem da Sociolinguística Variacionista em relação à noção de língua, que, diferentemente da GT, considera os processos de variação linguística que são inerentes ao funcionamento das línguas naturais.

3 A LÍNGUA PARA A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Conforme Alkmim (2001), existe uma ligação inquestionável entre linguagem e sociedade, sendo que essa relação é a base da constituição do ser humano. Para esse autor, a história da humanidade constitui-se na história de seres que estão organizados socialmente e que detêm um sistema de comunicação oral. Nesse viés, não há como colocar em dúvida a relação entre linguagem e sociedade, de modo que esta não deveria estar ausente, portanto, das reflexões sobre os fenômenos linguísticos.

Diante do pensamento de Alkmim (2001), faz-se necessário considerar, também, que as línguas variam e mudam ao longo do tempo, já que são dinâmicas e estão suscetíveis às necessidades comunicativas do homem. Endossando esse pensamento, Mollica (2003) afirma que a variação linguística é um fenômeno universal que pressupõe a existência de diferentes formas linguísticas denominadas variantes e a variação se dá em diferentes níveis gramaticais: fonético-fonológico, morfológico, morfossintático, sintático, lexical, semântico, etc.

Para Castilho (2010), ao longo do tempo, várias foram as tentativas de explicar o surgimento das línguas do mundo. Primeiramente, a crença era a de que todas as línguas derivaram do hebraico, depois do episódio da Torre de Babel. Contudo, a Antropologia foi evidenciando que outras culturas humanas para além da judaica tinham explicações semelhantes. Assim, a Linguística Comparada comprovou que tal hipótese não podia ser confirmada, dada a grande diferença entre as estruturas das línguas no mundo.

Assim, conforme o referido autor, essa questão de origem das línguas foi deixada à margem e se começou a pensar na proposição de diferentes famílias linguísticas e na descrição das “línguas-filhas”, estabelecendo, assim, tipologias linguísticas. Isso se justifica pelo fato de que as línguas que pertencem a uma mesma família tendem a apresentar semelhanças entre si, tendo-se em vista que a história de uma língua é construída em meio a uma combinação harmônica entre continuidade e mudança.

Faraco (2019) propõe que estudar a história de uma língua é se concentrar nos movimentos, nas mudanças que vão alterando o sistema. Para ele, a Sociolinguística tem se mostrado uma das contribuições mais significativas para a história das línguas, já que considera a heterogeneidade inerente às línguas e postula que a mudança linguística não acontece apenas de uma sincronia para outra, mas também no interior de uma única sincronia, ou seja, passou-se a falar numa sincronia da diacronia.

A Sociolinguística, conforme nos mostra o próprio nome, reúne teorias de duas ciências: a Sociologia e Linguística. Sendo assim, busca, em seus pressupostos básicos, a integração entre língua e sociedade. Desse modo, os fenômenos linguísticos são estudados a partir da associação entre fatores de natureza estrutural e social.

Conforme Monteiro (2000, p. 28):

[...] a sociolinguística analisa os aspectos sociais com o intuito de compreender melhor a estrutura das línguas e seu funcionamento. Por sua vez, a sociologia da linguagem busca alcançar um melhor entendimento da estrutura social através do estudo da linguagem. A diferença, em última análise, é uma questão de ênfase, [...] se o investigador é por sua formação e índole um sociólogo, seu trabalho certamente será enquadrado na sociologia da linguagem; se, por outro lado, ele é um linguista, a descrição ou análise que fará sem dúvida será de cunho sociolinguístico.

Portanto, a Sociolinguística, também chamada Teoria da Variação e Mudança, surge na segunda metade do século XX, na década de 1960, como uma reação à ausência do componente social nas correntes de estudos linguísticos existentes até então, como no Estruturalismo e no Gerativismo, em que o foco era somente a estrutura da língua e se defendia que essa língua era homogênea, lidando com a ideia de falante-ouvinte ideal.

Labov (1972), considerado como precursor da Sociolinguística Variacionista, defende que a língua desempenha um papel essencial em nossas vidas e que, por meio dela, expressamos ideias, sentimentos, desejos. Sendo assim, é heterogênea, multifacetada e sujeita a constantes variações e mudanças, tendo-se em vista a dinamicidade do meio social em que se manifesta.

Corroborando essa reflexão, Mendes (2009, p. 51) afirma:

Toda língua apresenta variação interna, mas a necessidade de comunicação faz com que essa variação obedeça a certos limites. Assim, essa variação é determinada por

diversos fatores sendo necessário considerar as diferenças diatópicas, diacrônicas, diastráticas e diafásicas. Lidar com a variação é, pois, lidar com heterogeneidade. Cabe lembrar que essa heterogeneidade é ordenada – a língua é uma realidade inerentemente variável e ordenada.

Essas variações têm sido objeto de análise de vários estudiosos da Sociolinguística, os quais buscam analisar o uso da língua segundo a cultura do falante. Nesse contexto, a língua possui natureza variável, o que orienta e sustenta a interpretação e observação do comportamento linguístico dos indivíduos. Portanto, a Sociolinguística foi o ponto de partida de novas orientações de pesquisas e novas correntes concentradas em trabalhar o fenômeno linguístico relacionado ao contexto cultural e social, dando o devido valor às variantes que são consideradas como erro pela gramática tradicional.

Assim, a Sociolinguística estuda a língua em seu uso real, atentando-se para as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais. Para Labov (1972), a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional das pessoas que a utilizam como meio de comunicação. Dessa forma, a tentativa de uniformização e padronização da língua torna-se improcedente, já que reflete a cultura de um povo, suas manifestações político-culturais em uma perspectiva ao longo do tempo e em um determinado tempo.

A Sociolinguística concebe que a variação e a mudança linguística são inerentes às línguas naturais, sendo as *variantes* as diferentes formas linguísticas de dizer algo com o mesmo valor de verdade, e a *mudança*, a escolha que se faz entre as diferentes formas linguísticas existentes em tempos diferentes e a cristalização dessa escolha.

Entretanto, Tarallo (1994, p. 63) afirma: “Nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação. Variação, portanto, não implica mudança; mudança, sim, implica sempre variação”. Ou seja, variadas formas linguísticas podem conviver sem que uma necessariamente elimine definitivamente a outra. Mas, no processo de mudança, está contida a variação.

A variação oral é uma realidade e está relacionada com a vida social dos sujeitos, de modo que “uma das funções da sociolinguística é correlacionar as variações existentes na expressão verbal a diferenças de natureza social, compreendendo cada domínio o linguístico e o social, como fenômenos estruturados e regulares” (CAMACHO, 2004, p. 50).

Desse modo, falar sobre a língua é, conforme Tarallo (1994, p. 50), falar de um sistema que “a cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é a um só tempo heterogênea e diversificada”, e é essa heterogeneidade que deve ser sistematizada num viés científico.

A Sociolinguística, então, evidencia as variações na expressão oral e entende que, para acabar com a crença de que uma língua seja superior à outra, é preciso entender os fatores que favorecem a variação linguística, bem como o fato de que a língua é usada como instrumento de manipulação, já que, por meio dela, agimos nas práticas sociais com determinadas intenções, confirmando a ideia de que, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1991, p. 288).

Então, a Sociolinguística mostra que as línguas devem ser estudadas sem preconceitos e que cada uma tem sua devida importância em suas realidades variáveis. Aqui, não se trata de recusar as contribuições da Gramática Tradicional, pois ela tem o seu valor e os seus objetivos próprios, mas de refletir a língua numa abordagem variacionista, respeitando as variantes que surgem nos contextos de uso sem nenhum tipo de preconceito ou estigma.

4 O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

No art. 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), já se reconhecia que a liberdade linguística é um direito que deve ser assegurado socialmente. Tomemos na íntegra o referido artigo:

Art. 2º. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948).

A Constituição Federal Brasileira (1988), ao tratar do patrimônio cultural de um povo, garante que esse patrimônio também inclui a língua, sendo que ela é um direito fundamental concedido ao indivíduo que integra a sociedade civil. Vejamos o Art. 216 desse documento:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

De acordo com Oliveira (2008), falar de preconceito é falar de opinião ou convicção formada previamente, sem o devido conhecimento dos fatos ou circunstâncias que envolvem um processo, um acontecimento ou uma situação. Já em relação especificamente ao preconceito linguístico, a autora considera como uma intolerância e uma aversão a usos da língua fora dos considerados modelares na sociedade, como marcas identitárias de desprestígio social, econômico, cultural, político, entre outros. Considera, ainda, que o preconceito linguístico é manifestado em diferentes contextos,

tendo em vista a crença na superioridade de determinados comportamentos linguísticos em relação a outros.

Os fenômenos de variação ocorrem com maior frequência na fala. Nesse sentido, Faraco (2008) reforça que uma língua é formada também por um conjunto de variedades. Desse modo, podemos dizer que alguém que desconhece as normas que regem a língua não conhece apenas uma parte da língua, visto que a gramática normativa representa apenas uma face do idioma. No entanto, é necessário que se reconheça o valor do retrato linguístico que é oferecido pela GT, já que este retrato conserva uma certa unidade linguística.

Conforme antes referido, língua e sociedade estão imbricadas, de maneira que a língua, assim como a sociedade, não está livre de preconceitos por não se manifestar de acordo com os padrões normativos preestabelecidos. Nessa ótica, surgem as várias discussões de gramáticos, linguistas e professores de Língua Portuguesa acerca dos fenômenos linguísticos que são alvos de preconceito por parte de algumas pessoas, as quais afirmam que só há um tipo de língua, a padronizada, menosprezando as demais variantes, que revelam a riqueza cultural de um povo.

Consoante Bagno (2010, p. 16):

Acusações de que as pessoas estão “matando” a língua aparecem em textos publicados há séculos, mas a língua, estranhamente, nunca termina de morrer. Segundo essa linha de pensamento, o português, desde que se firmou como língua de um povo soberano, há quase mil anos, é um idioma permanentemente moribundo.

Os puristas linguísticos como os referidos por Bagno (2010) não levam em conta que a língua pode apresentar características próprias tanto da pessoa que a usa quanto do meio em que essa pessoa habita, sendo que tais características não possuem menor valor e não são erros, mas estão condicionadas por um sistema que licencia a sua manifestação. Portanto, se a língua é constituída de variação, é porque as comunidades de fala e as pessoas que nela residem são diferentes e possuem sua identidade linguística, devendo essa identidade ser respeitada.

Conforme Antunes (2010), a realidade com a qual nos deparamos é uma língua que muda, que varia, que se mostra receptiva a novos sons, novas entonações, novos vocábulos, que altera seus significados, que cria associações diferentes, que adota padrões sintáticos novos, sobretudo porque essa língua é regida por diferentes contextos efetivos de uso e está submetida a outras influências culturais.

Por fim, de acordo com Calvet (2002), devemos considerar e analisar a língua como o mundo, que se transforma, sofre constantes mudanças e está intrinsecamente ligada à vida humana, que é dinâmica e está aberta a novas possibilidades. Nesse sentido, ser preconceituoso linguisticamente é estar fechado à vida em seu conjunto de manifestações, pois a língua é uma realidade que passa por mudanças, assim como o processo de desenvolvimento do homem.

5 O COMBATE AO PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA OBRA, UMA PROPOSTA

Conforme já mencionamos, o livro *Preconceito linguístico - o que é, como se faz*, escrito por Bagno, em 1999, representa um marco no combate ao preconceito linguístico. Nele, o autor constata a presença desse tipo de preconceito na sociedade, que, segundo ele, é consequência de alguns fatores como a ignorância, a intolerância e até mesmo a manipulação ideológica. Ainda segundo Bagno (1999), os meios de comunicação e a própria escola são responsáveis por disseminar e intensificar o preconceito linguístico. Essa obra hoje já se encontra em sua 56ª edição, e é uma das mais lidas entre aqueles que estudam a língua na perspectiva da Teoria da Variação.

A seguir, apresentamos o olhar de três pesquisadores sobre a obra.

5.1 A OBRA *PRECONCEITO LINGUÍSTICO - O QUE É, COMO SE FAZ* (ED. 1), SEGUNDO VIANA (2000)

Para Viana (2000), a obra *Preconceito Linguístico* é um convite a uma reflexão sobre alguns aspectos do uso da língua, advindos de uma discussão histórica sobre língua e gramática normativa, entre linguistas e aqueles que se dedicam ao ensino de Língua Materna.

Na obra, parte-se do pressuposto de que a sociedade construiu mitos em torno do uso da língua, tais quais: i) há uma unidade na língua portuguesa falada no Brasil, não reconhecendo a existência da variação linguística; ii) o brasileiro não sabe português e que só em Portugal se fala bem português; iii) “o Português é muito difícil”; iv) as pessoas sem instrução falam tudo errado”, v) “o certo é falar assim porque se escreve assim; vi) é preciso saber gramática para falar e escrever bem”: vii) “o domínio da norma culta como um instrumento de ascensão social” (VIANA, 2000).

Viana (2000) afirma que Marcos Bagno alerta o leitor para a existência de determinados elementos (gramática tradicional, métodos tradicionais, livros didáticos e o que denomina de “comandos paragramaticais”), que, juntos, contribuem para a manutenção do preconceito. Bagno também admite que há uma crise no ensino da língua portuguesa e apresenta alternativas para uma mudança de atitude, inclusive em relação à revisão da noção de “erro”. Ademais, expõe alguns problemas básicos que manteriam a norma culta, sendo um bem reservado a uma pequena parcela da população brasileira e um poderoso instrumento de ocultação da verdade, manipulação do outro, de controle, de intimidação, de opressão, de emudecimento.

Para Viana (2000), Bagno assume um discurso político e mostra uma clara preocupação com os rumos do ensino da língua materna, explicitando sua intenção de tornar essa obra em um “instrumento de combate ao preconceito linguístico”, de modo que merece ser divulgada nos meios acadêmicos, tanto em nível de terceiro grau como em nível de pós-graduação, em que o foco é o ensino/aprendizagem de língua materna.

5.2 A OBRA *PRECONCEITO LINGUÍSTICO – O QUE É, COMO SE FAZ* (ED. 15), SEGUNDO CERQUEIRA (2002)

Para Cerqueira (2002), na obra *Preconceito Linguístico*, Bagno nega a noção simplista de “certo” e “errado” em relação ao uso da língua e se propõe a fazer uma análise mais aprofundada dos fenômenos do português falado e escrito no Brasil, com o intuito de combater esse preconceito na sociedade e, de modo particular, aquele que advém de professores de língua portuguesa. Para isso, Bagno analisa sete aspectos que considera como mitos construídos e que contribuem para o preconceito linguístico, são eles: 1) *A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade*; 2) *Brasileiro não sabe português / Só em Portugal se fala bem português*; 3) *Português é muito difícil*; 4) *O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão*; 5) *O certo é falar assim porque se escreve assim*; 6) *É preciso saber gramática para falar e escrever bem*; 7) *O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social*.

Cerqueira (2002) chama a atenção para o argumento de Bagno de que os mitos analisados no capítulo I são perpetuados em nossa sociedade por um mecanismo de *círculo vicioso do preconceito linguístico* e demonstra como o procedimento de muitos profissionais colabora para a manutenção da prática de exclusão. Bagno ressalta que a *mudança de atitude* do professor deve refletir-se na não-aceitação de dogmas, na adoção de uma nova postura (crítica) em relação a seu próprio objeto de trabalho: *a norma culta*: ao invés de “rePETir alguma coisa, o professor deveria reFLEtir sobre ela” (CERQUEIRA, 2002, p. 401).

Bagno admite que o preconceito linguístico está consolidado e que mudanças só acontecerão quando houver uma transformação radical do tipo de sociedade em que estamos inseridos. Ao discutir o ensino da gramática tradicional, sua crítica diz respeito aos conceitos dessa gramática, estabelecidos há mais de 2.300 anos. O autor levanta novamente a questão das mudanças, reconhecendo que o novo assusta, subverte as certezas e compromete as estruturas de poder e dominação há muito vigentes.

Cerqueira (2002) considera que nesta 15ª edição há modificações significativas em comparação com a primeira edição. Entre essas mudanças destaca o acréscimo de um capítulo final - *O Preconceito contra a linguística e os linguistas*, anexo de uma carta de Bagno à Revista *Veja*, e a história da capa do livro.

Cerqueira (2002) destaca, ainda, que, segundo Bagno (2000), as mudanças ocorridas nessa edição se devem à sua preocupação em conservar o livro atualizado, sintonizado com a evolução e reflexões do momento, tendo em vista as críticas, sugestões e comentários que o livro recebe.

5.3 A OBRA *PRECONCEITO LINGUÍSTICO – O QUE É, COMO SE FAZ* (ED. 56), SEGUNDO TEIXEIRA (2017)

Teixeira (2017) afirma que o seu objetivo em analisar a 56ª edição da obra *Preconceito Linguístico – o que é, como se faz*, escrita por Bagno em 1999, é contribuir para que profissionais de diferentes áreas compreendam que “preconceito, independente de que natureza for, é uma crença pessoal, uma postura individual diante do outro” (TEIXEIRA, 2017, p. 228).

No que se refere especificamente ao preconceito linguístico, Teixeira (2017) afirma que qualquer pessoa pode achar determinado uso da língua mais bonito, elegante, mais feio ou rude do que outro. Mas quando esse pensamento gera ações discriminatórias, deve ser algo a ser denunciado e combatido.

Iniciando a sua análise, Teixeira (2017) informa que a obra foi publicada primeiramente em 1999, no entanto, atualizada por Bagno, em 2015, com recentes pesquisas e contribuições, as quais deixaram a obra ainda mais interessante para o tema. Informa que, na introdução, Bagno (2015) ressalta a importância da publicação desta 56ª edição do livro e que, em síntese, essa nova edição se encontra organizada em seis capítulos, tem uma abordagem mais teórica, com a presença de mais exemplos.

Conforme a análise de Teixeira (2017), no primeiro capítulo, Bagno trata dos mitos da língua portuguesa. No segundo capítulo, explica o que chama de círculo vicioso. No terceiro capítulo, segundo o pesquisador, Bagno (2015) desconstrói o preconceito linguístico. No quarto capítulo, diferencia linguagem, metalinguagem e epilinguagem. No quinto capítulo, aborda o preconceito contra linguistas e a linguística. E, no último capítulo, exemplifica vários casos em que o ensino da língua portuguesa foge dos arcaísmos da norma-padrão.

Entre os apontamentos apresentados sobre o conteúdo da referida edição, Teixeira (2017) considera que Bagno (2015):

- atualiza a obra, considerando as novas reflexões teóricas e práticas do autor, devido às contribuições de outros colegas linguistas e educadores, e também acrescenta material novo, com discussões bem recentes em torno de alguns temas acerca da linguagem;
- apresenta importantes esclarecimentos sobre política educacional, tendo em vista que ele propõe uma visão diferente do ensino da língua com práticas de letramento em que todos tenham acesso às variedades linguísticas de prestígio;
- valida pesquisas quanto à utilização de gêneros textuais discursivos no processo de ensino e aprendizagem;
- mostra interesse na proposta de uma reflexão linguística crítica, pois a variedade prestigiada não corresponde integralmente às formas prescritas pelas gramáticas normativas e que, para tanto, é imprescindível que toda reflexão seja feita por meio de investigação de fatos linguísticos reais, confrontando pesquisas tradicionais com as mais recentes, estando claro que a variação linguística, na visão sociolinguística do autor, é o objeto do ensino da língua;
- interage com outros estudiosos para firmar sua tese no livro;
- não quer desconsiderar o ensino na norma-padrão, mas que o trabalho didático seja levar os falantes de variedades a se apoderar também de novos recursos linguísticos, de outras variedades, ou seja, das variedades prestigiadas e da norma-padrão tradicional;
- não altera seus exemplos e permanece com o argumento de que saber uma língua não se reduz e a fazer análise sintática ou saber a regência correta de um verbo, que muitas vezes está atrelada aos arcaísmos;
- está certo quando utiliza exemplos fáceis para que possamos entender a complexidade de sua obra;

- atualiza o seu texto utilizando, além de competência linguística, noção de letramento e de gêneros textuais. Isso demonstra maior proximidade com o leitor que se interessa na área;
- assim como no primeiro livro, é político e não deixa de opinar em prol de uma sociedade em que todos tenham os mesmos direitos e acesso à educação de qualidade;
- acrescenta um quarto elemento, que são os comandos paragramaticais. Trata-se da comercialização de normas do "bem-escrever e falar" consumidas para atingir diversos objetivos, tais como concursos, vestibulares, entre outros;
- sugere que o assunto sobre preconceito linguístico na homossexualidade seja aprofundado por pesquisadores;
- utiliza a mesma lógica do livro anterior para justificar os comandos paragramaticais. Para isso, ele cita exemplos de obras que, de acordo com o professor, são manifestações preconceituosas em relação ao português brasileiro;
- propõe dez cisões, as quais são: 1) Compreender que todo falante nativo sabe a língua; 2) Aceitar que não existe erro; 3) Saber que ortografia é uma decisão política que se altera; 4) Considerar que erros são fenômenos linguísticos e explicáveis; 5) Conscientizar-se de que "toda língua muda e varia"; 6) Entender que língua muda, evolui e se transforma; 7) Respeitar a variedade linguística de todos; 8) Defender que a língua está em tudo e nos constitui como seres humanos; 9) Acreditar que o professor de língua portuguesa é português de "TUDO"; 10) Respeitar o conhecimento intuitivo do aluno a fim de que possamos ensinar para o bem;
- é minucioso quando traz à discussão temas quanto à linguagem, metalinguagem e epilinguagem;
- propõe que estudar o funcionamento da língua num texto autêntico e apreender sentidos que as expressões linguísticas permite refletir sobre as diferenças resultantes da troca de uma expressão por outra é estudar "gramática";
- crítica vários autores que deturpam o importante papel da linguística e de linguistas;
- apresenta uma série de textos coletados entre 2012 e 2014 que vão ao encontro da sua proposta sobre a língua, o preconceito e o papel dos meios de comunicação no Brasil;
- oferece uma lista de obras que deveriam ser consultadas e lidas nos cursos de Letras e Pedagogia;
- sugere que o próprio nome do curso de "Letras" já deveria ter sido alterado há muito tempo para "Ciências da linguagem", ou algo parecido.

Em conclusão, Teixeira (2017) reconhece que o tema é aprofundado na referida edição e que se trata de uma obra importante e que merece ser lida e discutida em diversas áreas onde a linguagem se faz presente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, abordamos o tema preconceito linguístico, tendo como objetivo analisar a trajetória da proposta de luta contra o preconceito linguístico proposta por Bagno (1999) no seu livro *Preconceito Linguístico - como é, como se faz*, obra de grande aceitação não só entre os estudiosos da Sociolinguística, mas também entre aqueles que concebem a língua em uso como objeto de estudo. Trabalhamos com a hipótese de que, passados mais de vinte anos de sua publicação, a proposta de Bagno (1999) mantém-se atual e necessária, tanto pelas reflexões e estudos que foram agregados a ela a cada edição, quanto pelo fato de que o preconceito linguístico persiste na sociedade como um todo e, também, na escola. Portanto, a pergunta que norteou o nosso estudo foi: qual foi a trajetória dessa obra nesses 21 anos desde que propôs a luta contra o preconceito linguístico?

A conclusão a que chegamos, tendo em vista as análises das edições escolhidas, é a de que, em sua trajetória (edição 1 a 56), a proposta feita por Bagno (1999) foi significativamente ampliada e atualizada, já que a ela o autor agregou suas mais recentes reflexões e estudos. A obra abarca, também, contribuições de estudos que trataram do tema nesse período de tempo. Assim, percebemos que a obra passou por um consistente amadurecimento teórico. A constante atualização da obra, ao nosso modo de ver, é muito importante, pois representa também a renovação da proposta do autor que é, como ele mesmo afirma, sua “permanente militância contra o preconceito linguístico e em favor de uma educação de língua materna mais democrática e coerente” (BAGNO, 2015, p. 9).

De fato, conforme afirma Teixeira (2017) em sua análise, trata-se de uma obra importante que merece ser lida e discutida em diversas áreas onde os estudos da linguagem se fazem presentes. Portanto, ao lançar *Preconceito Linguístico - como é, como se faz*, Bagno não apresenta somente um livro, mas o início da luta por uma causa que consideramos nobre, já que a base das relações sociais está no respeito à identidade do outro.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, T. A. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.).

Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática:** por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino:** outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2010.

BAGNO, A **língua de Eulália:** novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália:** novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2008.

BAGNO, Marcos. **Gramática, pra que te quero?** Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português. Curitiba: Amayrá, 2010.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz?** São Paulo: Loyola, 1999.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. *In: Problemas de Linguística Geral I*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm. Acesso em: 19 abr. 2013.

CALVET, Louis-Jean: **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMACHO, R. G. ALKMIN, T. Sociolinguística. *In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-76.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005.

CERQUEIRA, Cláudia Hashimoto Figueiredo. Resenha do livro *Preconceito Linguístico o que é, como se faz?* (BAGNO, Marcos. 15. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2002). **DELTA**, vol. 19, n. 2, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502003000200017>. Acesso em: 26 set. 2020.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **História do português**. São Paulo: Parábola, 2019.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MENDES, Andréia Almeida. A ausência ou presença de artigo definido diante de topônimos na fala dos moradores da zona rural das cidades de Matipó e Abre Campo. **Anais do SILEL**, vol. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, 2009.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. *In*: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, J.L. **Para compreender Labov**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M. R. de. Preconceito linguístico, variação e o papel da universidade. **Cadernos de letras da UFF**: preconceito linguístico e cânone literário, Niterói, v. 36. p. 115-129, 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshu-manos.php. Acesso em: 08 out. 2020.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2. ed. Campinas / SP: Mercado de Letras, 2012.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

TEIXEIRA, Patrícia Cristina Capelett. **Resenha do livro Preconceito Linguístico** (BAGNO, Marcos. 56. ed. São Paulo: Parábola editorial, 2015. 352p.). Ano XIII, n. 07, jul. 2017, NAMID/UFPB. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em: 26 set. 2020.

VIANA, Ana. Resenha Preconceito linguístico – o que é, como se faz?. **Linguagem & Ensino**, vol. 3, n. 1, 2000. p. 157-179. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Revista/edicoes/v3n1/I_Resenhas.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.